

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, setembro de 2011, número 45. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

O declínio da reforma agrária

ARTIGO DO MÊS

Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

I Congresso Sul-Americano de Estudos Agrários - UNIRIO/UFRRJ

Rio de Janeiro, 12 a 15 de setembro de 2011

I Encontro Internacional dos Espaços de Fronteira

III Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura

VII Expedição Geográfica da UNIOESTE: Espaços de Fronteira – Território e Ambiente - UNIOESTE

Marechal Cândido Rondon – Paraná, 14 a 17 de setembro de 2011

V Simpósio Internacional de Geografia Agrária

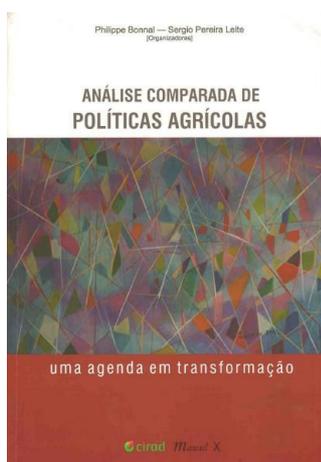
VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária.

Belém – Pará, 7 a 11 de novembro de 2011

PUBLICAÇÃO

Análise Comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação

Orgs: Philippe Bonnal e Sergio Pereira Leite



Pesquisadores brasileiros e franceses realizam uma análise comparada de políticas públicas, sobre o processo de elaboração de políticas e programas voltados para a agricultura e o meio rural no Brasil, na França e na Europa como um todo. Ressaltam a importância de se levar em conta as peculiaridades da agricultura e do meio rural de cada país na formulação das políticas públicas, analisando, assim, a sua adequação e eficácia. Participação social, espaços de coordenação, construção de pactos e consensos possíveis são algumas das questões de formulação e implementação de políticas públicas que atravessam os 11 capítulos.

APOIO

Elaborado por Danilo Valentin Pereira (bolsista Ciência na Unesp), Marina Fortunato Bueno da Silveira (bolsista Ciência na Unesp) e Vinicius Bonafin Stoqui (bolsista PROEX). Pesquisadores do NERA

Coordenação: Carlos Alberto Feliciano; Revisão: Rubens dos S. R. Souza (bolsista FAPESP) e Francilane Eulália de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

O DECLÍNIO DA REFORMA AGRÁRIA

Rafael de Oliveira Coelho dos Santos

Pesquisador do NERA

rafa_coelho7@hotmail.com

O atual debate em torno do conceito de reforma agrária está baseado no uso de políticas de incorporação de terras para a criação de assentamentos e na insuficiência de políticas de desapropriação que desconcentrem a estrutura fundiária por meio do enfrentamento direto ao latifúndio e ao avanço territorial do agronegócio. Neste cenário observamos o declínio da reforma agrária.

Seguindo a linha descendente na implantação de assentamentos apontada no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, foram criados em 2010 o total de 206 projetos (ver tabela 1). Este número representa queda de 77% em relação aos 885 projetos criados em 2005, o resultado anual mais expressivo do período de oito anos. Os dados apresentados na tabela deixam claro que o trabalho realizado pelo governo em 2010 seguiu a tendência de concentrar a implantação de assentamentos nas regiões Norte e Nordeste, com 71% dos assentamentos, 73% das famílias e 95% da área total dos projetos.

A discrepância no tamanho das áreas dos projetos da região Norte em relação às demais acompanha uma tendência verificada desde os governos militares, ou seja, a de incorporar terras à reforma agrária sem alterar a estrutura fundiária concentrada. Este processo está diretamente ligado aos tipos de projetos de assentamento e ao modo como as áreas são obtidas.

Tabela 01 – Projetos de Assentamentos Rurais - 2010

Região	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
NORTE	57	28	7.268	49	1.574.204	86
NORDESTE	88	43	3.482	24	155.835	9
SUDESTE	19	9	1.568	11	34.379	2
SUL	11	5	940	6	14.349	1
CENTRO-OESTE	31	15	1.520	10	45.910	3
TOTAL	206	100	14.778	100	1.824.677	100
Organização: Rafael de Oliveira Coelho dos Santos. Fonte: DATALUTA, 2011.						

Um exemplo são as Reservas Extrativistas (Resex), que representam apenas 9% dos projetos criados em 2010, 8% das famílias, no entanto, somam 69% da área total. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) explica que se trata de “populações tradicionais com territórios já demarcados, mas que não contam com os recursos para dar os passos rumo à sustentabilidade almejada” (INCRA, 2011). Embora a competência deste órgão seja a de atuar em áreas de reforma agrária, também trabalha no reconhecimento de moradores de reservas extrativistas, rondonienses, por exemplo, para que tenham acesso aos créditos rurais do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este procedimento está respaldado por um acordo firmado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o MDA. Segundo o INCRA são 18 Resex reconhecidas em 2010, sendo 17 em Rondônia e 1 no Pará, que o governo apresenta junto aos números oficiais de assentamentos criados.

As mudanças socioeconômicas que ocorreram no país na última década têm influência direta neste novo contexto da reforma agrária, caracterizado pelo refluxo na luta pela terra com queda principalmente nas ocupações, e como consequência, diminuição do número de novos projetos de assentamentos rurais (DATALUTA, 2011). O aquecimento da economia brasileira, a abrangência de programas de distribuição de renda como o Bolsa Família e o aumento significativo na criação de empregos formais alterou a estrutura de classes do país. Segundo estudo recente realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cerca de 35,6 milhões de pessoas foram incorporadas as classes A, B e C, como resultado do aumento da renda *per capita* dos brasileiros¹.

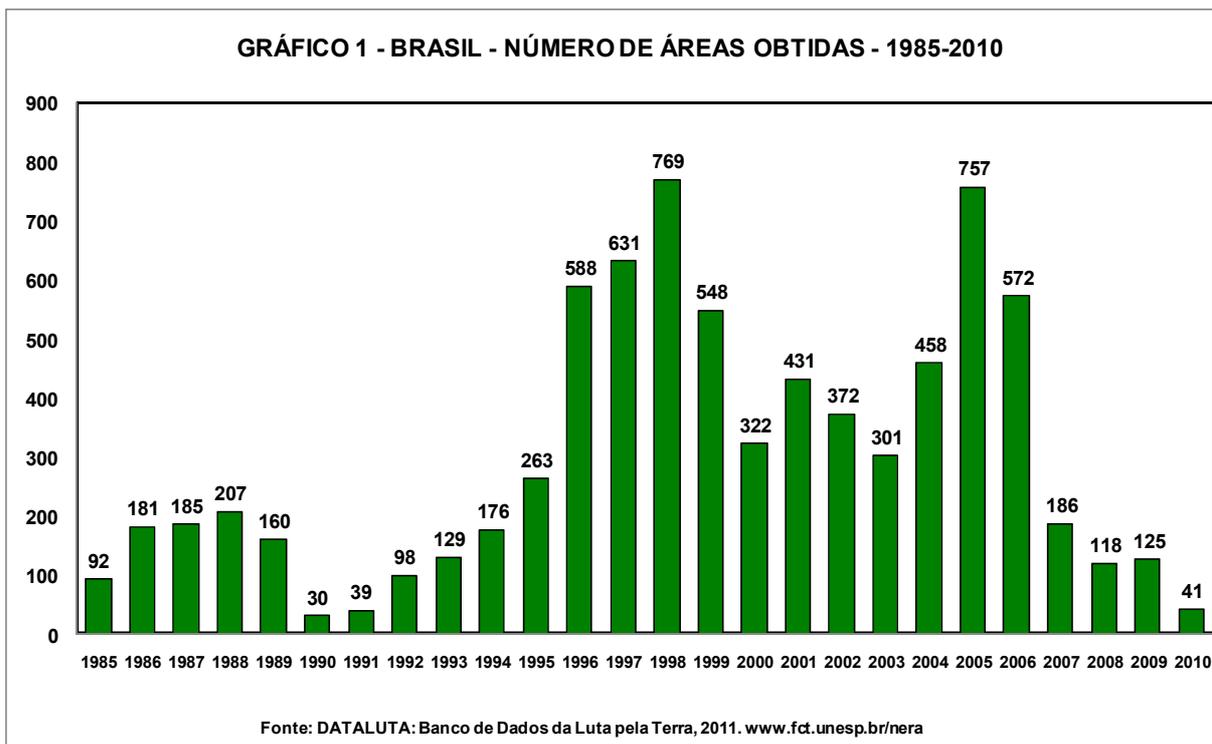
Em matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 28 de março, Fernandes (2011) comenta que *“algumas famílias passaram a ter mais condições de sobrevivência com o Programa Bolsa Família e decidiram não lutar pela terra”*. Na mesma matéria, um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), explica que muitos ex-camponeses não têm mais interesse em voltar ao campo em função de novas oportunidades de trabalho na cidade, como no ramo da construção civil.

Mesmo sob influência de uma realidade socioeconômica mais favorável em termos mais gerais, entendemos que a nova conjuntura da reforma agrária está fundamentada principalmente na falta de empenho do Estado no enfrentamento dos problemas fundiários, na política de assentamentos pautada na incorporação de terras por meio da regularização fundiária, na decisão de não enfrentar os latifundiários com desapropriações e de não impor limites ao avanço territorial do agronegócio. A função social da terra não é levada em conta, pois nem mesmo o índice de produtividade calculado em 1980 foi atualizado. De acordo com o Artigo² 11 da Lei nº 8.629/93, a alteração do índice deve ser concomitante à melhoria das técnicas agrícolas, que resultem em desenvolvimento econômico regional e conseqüentemente no aumento da capacidade de produção.

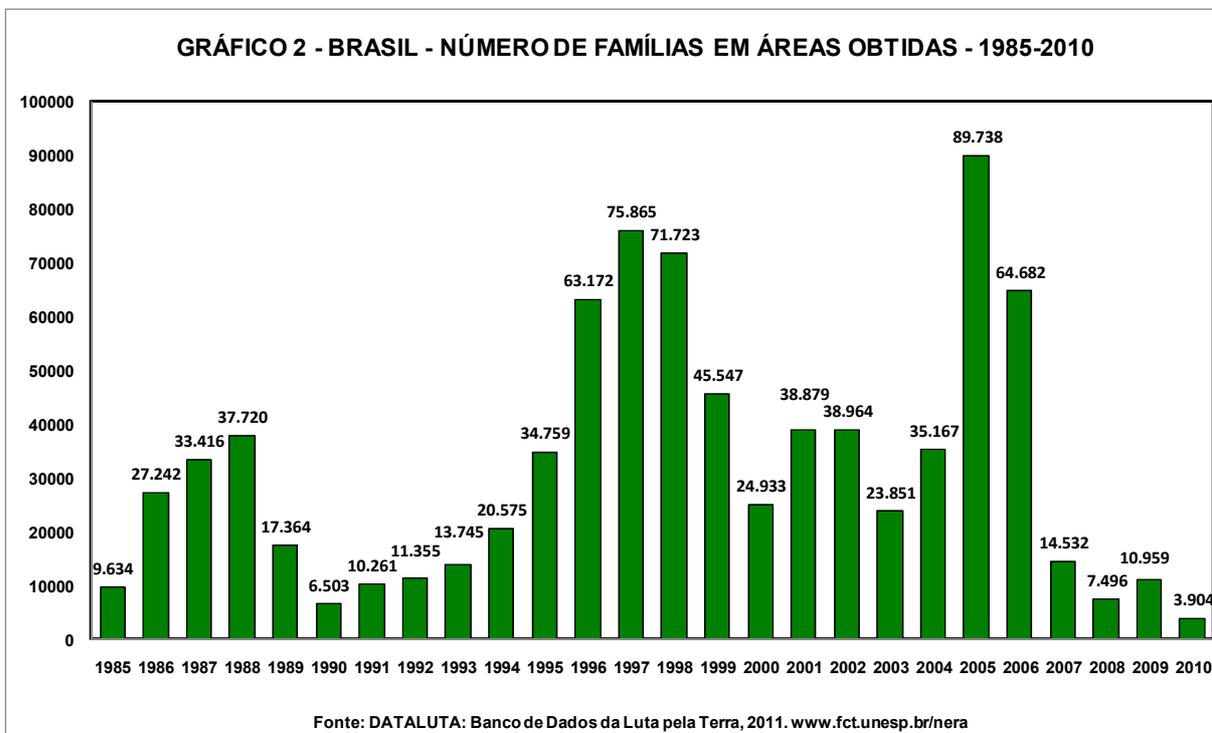
O resultado não poderia ser diferente: o declínio da reforma agrária. No gráfico 1 expomos o número de assentamentos, com relação as áreas obtidas por ano desde o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985. Utilizamos nos gráficos a data de obtenção da área por representar com fidelidade o que foi realizado a cada ano, pois a data de criação é mais adequada para representar os números totais relacionados à criação dos projetos. Depois de obtida a área, o projeto pode ser criado no mesmo ano ou apenas em anos posteriores, ou até mesmo em governos futuros. Podemos observar no gráfico a queda vertiginosa a que nos referimos após o ápice em 2005.

¹ Ver em: <http://cps.fgv.br/>

² Art. 11. Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos Ministérios de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.



Com relação às famílias assentadas, observamos no gráfico 2 a mesma situação do número de áreas obtidas, descenso após 2005, com queda abrupta entre 2006 e 2007. Houve uma recuperação em 2009, porém, sem continuidade em 2010.



Estes números ratificam nossas afirmações a respeito do declínio da reforma agrária. Os dados da implantação de assentamentos em 2010 se tornam preocupantes, principalmente por não haver ainda, desde o segundo mandato do ex-presidente Lula, um plano concreto a ser implementado que vise enfrentar de modo incisivo os problemas do campo. O governo da presidenta Dilma Roulssef, até o momento também não indicou nenhuma política efetiva de reforma agrária.

Referências

BRASIL. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. MDA. Brasília, 2003.

BRASIL. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Populações de reservas extrativistas de RO poderão ser beneficiárias da reforma agrária**. Disponível na Internet: <http://www.incra.gov.br/portal/>. Acesso em Abril/2011.

FERNANDES, Bernardo M. **III PNRA: a reforma agrária como desenvolvimento territorial**. Boletim DATALUTA, dezembro de 2010. Disponível na internet: www.fct.unesp.br/nera

FGV – Fundação Getúlio Vargas. Centro de Políticas Sociais (CPS). **A nova classe média: O lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **MST vive crise e vê cair número de acampados**. Março de 2011. Disponível na Internet: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mst-vive-crise-e-ve-cair-numero-de-acampados,698284,0.htm>

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009**. 92 páginas. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2010.